



# Anais da Assembléia

D.A. 156

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo ..... Deputado VALDIR ROSSONI  
PDT ..... Deputado WALMOR TRENTINI  
PTB ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
PMDB ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
PFL ..... Deputado ELIO RUSCH  
PSDB ..... Deputado CESAR SILVESTRI  
PT ..... Deputado PERICLES H. MELLO  
PPB ..... Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Claiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmia da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Uno - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spadiz; PFL - 06: Basílio Zanusso - Elio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 08: Augustinho Zucchi - César Selame - Ovílio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cantário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florivaldo Fier - Inasu Colombo - Pericles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA

ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1997

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Tychy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltoninho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A sessão está suspensa por cinco minutos.

Está reaberta a sessão.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que faça a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/171/97, da Senhora Governadora do Estado, em exercício, restituindo a este Poder o Projeto de Lei nº 243/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs CTL/SEEG/168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183 e 184/97, da Senhora Governadora do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

001/97: De autoria do Deputado César Seleme, que cria o Programa de Eliminação de Barreiras Arquitetônicas e Ambientais ao Portador de Deficiência - "Cidade para todos", e adota outras providências, o qual convertido em lei, tomou o nº 11.818. Anote-se. Arquive-se.

378/97: Do Poder Executivo, que aprova ajuste no valor de R\$ 1.400.000,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.819. Anote-se. Arquive-se.

283/97: Do Poder Executivo, que autoriza a contratação de financiamentos junto à União, destinados à liquidação de compromissos de empréstimos obtidos junto a credores estrangeiros, no valor de US\$ 152,980,877,99 e adota outras providências, o qual convertido em lei, tomou o nº 11.820. Anote-se. Arquive-se.

413/97: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 35.000.000,00, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em lei, tomou o nº 11.821. Anote-se. Arquive-se.

046/97: De autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Nova Esperança, o qual convertido em

lei, tomou o nº 11.822. **Anote-se. Arquivo-se.**

077/96: De autoria do Deputado Jose Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação e Moradores do Jardim Santa Rita, com sede e foro na Cidade de Londrina, o qual convertido em lei, tomou o nº 11.823. **Anote-se. Arquivo-se.**

158/97: De autoria do Deputado Renato Adur, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Leopoldo Scherner, o qual convertido em lei, tomou o nº 11.824. **Anote-se. Arquivo-se.**

192/97: De autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Creche Vitória Stefânia Barbon, com sede e foro no Município de Alto Paraná, o qual convertido em lei tomou o nº 11.825. **Anote-se. Arquivo-se.**

246/97: De autoria do Deputado Aníbal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Uberaba de Baixo, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei, tomou o nº 11.826. **Anote-se. Arquivo-se.**

315/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder a Associação Padre João Roberto Cecconello, parte do imóvel de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná, situado nesta Capital, no Bairro Novo Mundo, o qual convertido em lei, tomou o nº 11.827. **Anote-se. Arquivo-se.**

327/97: De autoria do Deputado Aníbal Khury, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paraná Desenvolvimento - IPD, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei, tomou o nº 11.828. **Anote-se. Arquivo-se.**

328/97: De autoria do Deputado Aníbal Khury, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Xadrez, com sede e foro no Município de Paranaguá, o qual convertido em lei, tomou o nº 11.829. **Anote-se. Arquivo-se.**

360/97: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Marcelo Alessio, o qual convertido em lei, tomou o nº 11.830. **Anote-se. Arquivo-se.**

397/97: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 58.815,00, conforme especifica, o qual convertido em lei, tomou o nº 11.831. **Anote-se. Arquivo-se.**

382/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, a doar imóvel de sua propriedade ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, situado nesta Capital, no Bairro Capão da Imbuia, o qual convertido em lei, tomou o nº 11.832. **Anote-se. Arquivo-se.**

573/96: De autoria do Deputado César Seleme, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Doutor Nadim Abrão Andraus, o qual convertido em lei, tomou o nº 11.833. **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob o nº 423/97, do Senhor Giovanni Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelos Deputados Péricles de Mello, Irineu Colombo, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier e Ângelo Vanhoni, que pedem esclarecimentos sobre "Devedores de ICMS ao Governo do Estado." **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

#### **Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2129**  
Senhor Presidente.

Apoiado no que prescreve o artigo 132, § 2º, inciso XII, do Regimento Interno, o Deputado adiante nominado, membro do Partido da Solidariedade Nacional - PSN, REQUER à Mesa, ouvido o nobre Plenário, seja concedida urgência para a discussão do Projeto de Lei nº 307/97, dispondo sobre o reconhecimento e ensino da língua gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, tendo em vista a premissa da deliberação da matéria em questão.

Sala das Sessões, em 24.09.97.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 2130

Senhor Presidente.

Apoiado no que prescreve o artigo 132, § 2º, inciso XII, do Regimento Interno, o Deputado adiante nominado, membro do Partido da Solidariedade Nacional - PSN, REQUER à Mesa, ouvido o nobre Plenário, seja concedida urgência para a discussão do Projeto de Lei nº 308/97, instituindo a obrigatoriedade de mensagens aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial.

Sala das Sessões, em 24.09.97.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 2124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Doutor Saturnino Traviçani, Digníssimo Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Paraná, pelos relevantes serviços prestados à classe odontológica do Paraná.

Requer ainda que do presente, se dê ciência ao mesmo, através de correspondência à Rua Presidente Rodrigo Otávio, 32 - Cristo Rei - CEP 80710-160, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.09.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 2125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor José Jaime Paula da Silva, Vereador de Santo Antônio da Platina, pelos relevantes trabalhos desenvolvidos em benefício dos moradores dos conjuntos habitacionais Vitória Régia e Vereador José Domingos Marcondes de Carvalho.

Sala das Sessões, em 24.09.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

José Jaime Paula Silva, natural de Venceslau - São Paulo, nascido em 02 de janeiro de 1967, casado com Celi Inácio da Silva, com quem formou uma família com três filhos: Marcos, Diego e Andressa.

José Jaime Paula Silva, popularmente conhecido como "Mineiro", é pre-

sidente da Associação de Moradores dos Conjuntos Habitacionais Vitória Régia e Vereador José Domingos Marcondes de Carvalho, sendo o primeiro conjunto construído através do Programa de Ação Imediata para Habitação - PAIH, e o segundo pelo Programa "Casa da Família", do Governo Roberto Requião.

"Mineiro" conquistou a simpatia da população da sua comunidade, pela sua disposição em lutar pelos direitos dos moradores do Conjunto Habitacional Vitória Régia, visto que o mesmo conta com diversos problemas construtivos e prestações elevadas, resultado do superfaturamento das obras.

Em virtude de suas atividades frente à Associação de Moradores, "Mineiro" foi convidado a disputar uma das cadeiras da Câmara Federal de Santo Antônio da Platina, aceitando mais este desafio, "Mineiro" teve total apoio da sua comunidade e conquistou uma cadeira de Vereador do município.

Hoje, como Vereador, ampliou suas atividades em benefício da sua comunidade, participa e apresenta projetos para o desenvolvimento de Santo Antônio da Platina, dando assim resposta ao apoio que obteve.

Pelas relevantes atividades já desenvolvidas em benefício da sua comunidade, "Mineiro" é merecedor de reconhecimento desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Senhor Altino Chagas Loureiro, liderança popular de Curitiba, pelos relevantes trabalhos desenvolvidos em benefício da comunidade da Vila Nossa Senhora da Luz e Região.

Sala das Sessões, em 24.09.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Altino Chagas Loureiro, natural de Curitiba, nascido em 18 de dezembro de 1983, casado com Rita de Cássia H. Loureiro, com quem formou exemplar família com quatro filhos: André, Rafaela, Cícero e Homero.

Altino, pai e educador exemplar, destacou-se em sua vida profissional lecionando em diversos estabelecimentos educacionais da Vila Nossa Senhora da Luz. Em suas atividades educacio-

nais Altino organizou a Federação de Pais e Mestres da Cidade de Curitiba, fundou o Curso Supletivo na Escola Estadual Alcyone Moraes Castro Veloso.

Em suas atividades comunitárias, participa do Movimento Popular pela Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - MOPES, é Agente Pastoral de Saúde, é membro do Conselho Local de Saúde, atua ainda em diversas frentes em defesa dos moradores da sua região.

Altino é militante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, presidente da 175ª Zona Eleitoral, Secretário Geral do PMDB de Curitiba e suplente de Vereador, sempre marcou sua militância por posições políticas firmes, sempre seguindo as orientações do programa do PMDB.

Pelo seu desprendimento, solidariedade e persistência em seus objetivos, Altino é merecedor de reconhecimento desta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO Nº 2128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de documento elaborado pelo DIEESE, referente à Repercussões Financeiras do Reajuste dos Servidores Públicos Nível Operacional e Médio do Quadro Geral do Estado (QGE), ao Governador do Estado, Secretário da Fazenda e da Administração.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.09.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

"DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

Escritório Regional do Paraná - R. Carlos de Carvalho, 230 - 2º a. - CEP: 80.410-180  
Telefone: (041) 223-5064 -  
Fone/Fax: (041) 225-2279

19.09.97

#### REPERCUSSÕES FINANCEIRAS DO REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS NÍVEL OPERACIONAL E MÉDIO DO QUADRO GERAL DO ESTADO (QGE)

O reajuste salarial de 42% para os 35.704 servidores nível operacional e médio do Quadro Geral do Estado - QGE, representará um impacto de 1,30% nas Receitas Correntes Líquidas (média do 1º semestre/97) do Estado do Paraná.

O Governo tem alegado o 'elevado' comprometimento de gasto com pessoal em relação as receitas correntes. Em primeiro lugar destacamos a discordância dos critérios adotados na classificação de despesa de pessoal, que inclui gastos com subsídios, cargos em comissão, despesas variáveis e principalmente inativos e pensionistas, exclusões que diminuiria consideravelmente o indicador de comprometimento de receitas correntes com gasto de pessoal.

Vantagens e aumentos concedidos pelo, Governo Estadual a diversas categorias comprometeram valores próximos ao que comprometerá com a concessão do reajuste de 42,0% para o nível básico e médio do Quadro Geral, como pode se observar a seguir:

#### QUADRO 01 - RESUMO DOS IMPACTOS DE AUMENTOS SALARIAIS CONCEDIDOS PELO GOVERNO DO ESTADO

CATEGORIA	GASTO ADICIONAL ESTIMADO-R\$	IMPACTO NA REC.CORRENTE - EM % -	NÚMERO DE SER- VIDORES BENE- FICIADOS <sup>(2)</sup>
Reajuste de 42% p/ Servi- dores-nível operacional e médio do QG (1)	3.810.000,00	1,30 <sup>(2)</sup>	35.704
Aumento de 137,64% p/Car- gos em Comissão	3.569.411,30	1,22	3.500 <sup>(2)</sup>
Gratificação de 80% p/ Nível Superior do Qua- dro Geral	2.876.000,00	0,98	4.115
Reenquadramento da Po- lícia Militar (PM)	3.802.452,00	1,30	17.800

Obs.:

1. Gasto adicional do reajuste dos Servidores - nível operacional e médio do QGE - é específico sobre o vencimento, demais categorias está considerado o aumento com gasto da remuneração. Caso se considere que a remuneração dos Servidores do nível operacional e médio é acrescido de 20,0% (adicional por tempo de serviço) em média sobre o vencimento, o comprometimento seria de 1,57% sobre as receitas correntes líquidas;
2. No Reenquadramento e Gratificação da PM, não estão considerado os índices de maio/97 - aumento médio de 76,19%;
3. Não inclui os Inativos.

A) IMPACTO DO AUMENTO PARA CARGOS EM COMISSÃO

Gasto médio mensal/96 com Cargos em Comissão.....2.593.295,10  
Reajuste de 137,64% a partir de abril/97.....3.569.411,30  
Gasto mensal estimado a partir de abril/97.....6.162.706,40

Receita Corrente Líquida (média de 1º semestre/97).....292.112.000,00  
Impacto na média da Receita Corrente Líquida do 1º semestre/97.....1,22

O Governo está gastando com cargos em comissão a partir de abril/97 mais R\$ 3.569.411,30 aproximadamente, esse acréscimo em decorrência do aumento de 137,64% concedido em abril/97, é equivalente ao valor que o Governo gastaria com os Servidores do Quadro Geral (operacional e médio), com o reajuste de 42,0%. O reajuste para os cargos em comissão beneficiaria aproximadamente 3.500 cargos, o reajuste para os níveis operacional e médio do QG beneficiará 35.704 Servidores.

B) IMPACTO DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO PARA O NÍVEL SUPERIOR

Com o adicional de 80,0% concedido aos Servidores de nível superior, beneficiando 4.115 Servidores, o gasto com pessoal teve um acréscimo de R\$ 2.876.000,00, representando um comprometimento de +0,98% na receita corrente, valor

próximo do impacto de 1,30% caso conceda o reajuste de 42,0% para os demais 35.704 Servidores.

C) **IMPACTO DO REENQUADRAMENTO DA POLÍCIA MILITAR**

O Governo aumentos os gastos com a Polícia Militar durante o ano de 96 em R\$ 3.802.452,00, representando um acréscimo de 1,30% sobre as receitas correntes (média 1º sem/97), valor aproximado do impacto do reajuste de 42,0% para os 35.704 Servidores. Ressaltando que em maio/97 foi complementada a reposição da Gratificação de Função, representando um aumento médio de 76,19%, elevando os valores acima apresentados."

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 481/97**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Mestres, Alunos e Amigos dos Deficientes Visuais - AMAADEVI, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 24.09.97.

(a) MARQUINHOS ALVES

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Mestres, Alunos e Amigos dos Deficientes Visuais - AMAADEVI, com sede e foro no Município de Maringá, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito privado, com duração por prazo indeterminado, "é um órgão de representação dos mestres, alunos e amigos do estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros,..." (Artigo 2º de seus Estatutos).

A AMAADEVI tem por objetivos:

1. Proporcionar aos deficientes visuais atendimento pedagógico, psicológico e social, preparando-os para sua independência pessoal e integração na sociedade.

2. Auxílio e orientação aos deficientes visuais e a seus familiares, através de Educação, Reeducação, Assistência Psicológica e Social.
3. Promover e trabalhar pela integração do deficiente visual na comunidade.
4. Criação e manutenção de centros de treinamentos e oficinas para aprendizado de trabalhos, visando a profissionalização do deficiente visual.

(Art. 3º de seus Estatutos)

Fundada em 1992, a AMAADEVI tem seus Estatutos registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Maringá, sob nº 2647, do Livro A-3, protocolado e microfilmado sob nº 4287, em 27.10.92.

Em anexo ao presente projeto de lei:

1. Estatutos da entidade, devidamente autenticadas suas páginas;
2. Documento do Registro da entidade no Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Maringá;
3. CGC da entidade: 95.642.732/0001-91;
4. Ata da eleição da atual Diretoria da entidade (xerox autenticado);
5. Relatório das atividades da entidade no presente ano;
6. Cópia da Lei Municipal de Maringá nº 3603/94, que declarou a entidade de Utilidade Pública.

**PROJETO DE LEI Nº 482/97**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Jaime Hernando Beserman, DD. Cônsul da República Argentina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

Nascido em Buenos Aires, na Argentina, em 22 de março de 1951, Jaime Hernando Beserman, como bem demonstra seu "curriculum vitae", notabilizou-se na área de comércio exterior, participando de diversos cursos de pós graduação, tanto na Argentina, como em ou-

tros países, como o México, Japão e Brasil.

O ilustre cidadão que ora se pretende homenagear, é digno de respeito e admiração, não só pela grande figura que o caracteriza, como pela contribuição que vem dando ao nosso Estado, a exemplo da sua participação na conclusão da ponte ligando o Brasil à Argentina, entre Capanema e Andresito, além do seu empenho nas negociações referentes ao MERCOSUL.

Jaime Hernando Beserman exerce as funções de Cônsul da Argentina no Brasil, em nossa Capital, desde 1993, executando brilhante trabalho no estreitamento das relações entre esses países irmãos.

#### PROJETO DE LEI Nº 483/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Os débitos dos produtos rurais, oriundos de financiamento do Programa de Crédito por Equivalência/Produto do Governo do Estado do Paraná/Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, embora com opção de alongamento, conforme Lei Federal nº 9.138 de 21.11.1995 e Resolução do BACEN nº 2.238 de 31.01.1996, terão como valor do débito, no ato da securitização, o montante auferido pela multiplicação da quantidade de produto devido, pelo preço médio na semana da opção.

Art. 2º - As diferenças pecuniárias eventuais em razão da opção pela securitização estabelecida, serão cobertas junto ao Banco do Estado do Paraná S/A, pelo Fundo de Desenvolvimento Estadual - FDE.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados ao valor da dívida na data da opção pela securitização, na forma do art. 1º da presente lei.

Sala das Sessões, em 24.09.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente lei é de justiça e atende ao contratado com os produtores do Estado do Paraná.

Quando o Governo do Estado elaborou o Programa "Panela Cheia", equi-

valência produto, o objetivo maior foi oferecer ao nosso produtor maior segurança em seu financiamento, pois lhe conferia a opção de pagar em produto agrícola.

O Governo Federal, ao estabelecer a securitização dos débitos, não o fez com o objetivo de punir os produtores e sim o de permitir o alongamento do prazo de suas dívidas.

É verdade que o "Panela Cheia" foi um programa específico do Paraná, mas também é verdade que não foi o nosso produtor que, individualmente, incorreu em uma das razões estipuladas no artigo oitavo do Termo de Adesão ao programa estadual, e sim, coletivamente, se valeram dos benefícios concedidos por Resolução do Banco Central, amparada na Lei Federal nº 9.138, de 29.11.1995.

Se uma lei maior permitiu o alongamento da dívida, obviamente os eventuais prejuízos do agente financeiro serão cobertos pelo FDE (Fundo de Desenvolvimento Estadual), conforme estipulado na cláusula sexta do Contrato de Adesão.

Tivemos o cuidado de avaliar o impacto financeiro da lei proposta e chegamos a conclusão de ser o mesmo perfeitamente possível de ser assimilado pelo FDE.

Por ocasião de efetivação da securitização, foi dada a opção aos mutuários de continuarem no Programa "Panela Cheia". Os mutuários com melhor situação financeira, obviamente continuaram no programa, e isto representa mais de 60% (aproximadamente 15.000 mutuários) e suas dívidas permaneceram com os vencimentos originais.

Optaram pela securitização, aproveitando a opção de uma lei geral, e pela dificuldade em pagar por razões das mais diversas, 14.348 produtores, cujos contratos originais eram do "Panela Cheia".

Caso o valor que tivesse sido considerado fosse o do produto, certamente estes agricultores não teriam visto suas dívidas aumentadas consideravelmente, o que vai gerar uma inadimplência absoluta, criando dificuldade de pagamento a quem é devedor e o não recebimento por parte do credor, ou seja, o Banco do Estado do Paraná S/A, ao qual não interessa agricultores desacreditados e em execução.



Caso a presente lei seja aprovada, e cumprido portanto o estabelecido na Cláusula Sexta do termo de adesão ao programa de equivalência produto, a diferença a ser coberta pelo FDE não ultrapassará 1.520.000,00 (hum milhão, quinhentos e vinte mil reais) por ano, totalizando pois num período de 7 anos, iniciando em 30.10.1997 a importância de 7.173.168,55 (base 30.11.1995).

O valor mencionado é mínimo ao Fundo, que tem financiado investimentos bem maiores em outros setores, com retorno social e de emprego infinitivamente menor.

A dívida dos produtores seria portanto, recalculada, tendo como valor o resultado da quantidade de produto devido no ato da securitização, dividido pelo preço médio da semana (V.D. = Q.P. / P.M.S.) sendo que eventuais diferenças em favor do Banco do Estado do Paraná, seriam cobertas pelo FDE, que tem como razão de sua existência, e justificativa para a alocação de recursos, exatamente o desenvolvimento e equilíbrio de nosso Estado.

Legenda: V.D. = Valor Devido  
Q.P. = Quantidade Produto  
P.M.S. = Preço Médio Semanal

#### PROJETO DE LEI Nº 484/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Crédito Educativo para servidores públicos estudantes de curso universitário, ou cursos de curta duração, bem como graduados nesses cursos, para obtenção da graduação plena.

Art. 2º - O financiamento dos encargos educacionais, durante toda a realização do curso, e com carência de seis meses contado a partir da conclusão ou da interrupção, poderá variar de vinte a oitenta por cento do valor da mensalidade.

Art. 3º - Os juros incidentes sobre o crédito educativo não ultrapassarão anualmente a seis por cento.

Art. 4º - O prazo máximo de duração do contrato do aluno, no Programa, será o da duração máxima do curso fi-

xada pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 5º - A amortização terá como prazo de duração o mesmo período de utilização, contado a partir do término do prazo de carência, e as parcelas dos débitos mensais descontadas do mutuário em folha de pagamento.

Art. 6º - O Banco do Estado do Paraná será o executor do Programa, ficando o Poder Executivo autorizado a determinar à instituição financeira a abertura de linha de crédito especial para atender a presente lei.

Art. 7º - O repasse dos valores das mensalidades serão creditados a cada mês em conta corrente da instituição de ensino.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente proposição é oferecer condições aos servidores públicos que não têm condições financeiras de custear seus estudos, de frequentarem uma faculdade, e também proporcionar aos já formados oportunidade para participarem de cursos de aperfeiçoamento ou pós-graduação.

Nos motivou a apresentação deste projeto, principalmente os constantes pedidos de bolsas de estudos formulados por funcionários a este Parlamento. Muitos estão estudando e não conseguem por falta de condições financeiras, e outros pretendem fazer cursos de aprimoramento na sua área de atuação.

Vale lembrar que é meta do governo capacitar servidores públicos, bem como lhes oferecer condições de crescimento profissional e torná-los verdadeiros executivos públicos, que por outro lado poderão a nível pessoal alcançar ascensão funcional.

Entendemos que o Estado, acompanhando a evolução do MERCOSUL, atraindo inúmeras indústrias, deverá estar preparado para enfrentar as mudanças marcantes no sistema administrativo e operacional do governo.

Temos certeza de que com o apoio do BANESTADO se abrirá a possibilidade

de um sem-número de funcionários públicos buscarem com recursos próprios o seu aprimoramento e valorização profissional, refletindo significativamente na qualidade dos serviços prestados pelo governo à sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 485/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Santa Cruz do Monte Castelo, com sede e foro no Município de Santa Cruz do Monte Castelo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Santa Cruz do Monte Castelo, é uma associação civil, fundada em 20 de junho de 1957, sob os auspícios do Departamento Estadual da Criança, com número ilimitado de associados, com sede e foro no Município de Santa Cruz do Monte Castelo.

São objetivos da associação discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência à maternidade e à infância em geral, durante e depois do parto, com assistência médica à gestante e à criança e à nutriz, velando pela saúde e bem-estar.

Assistência ao menor abandonado, tratamento e educação de crianças com defeitos físicos, mentais e sociais, recreação e educação cujas mães trabalham fora do lar. Divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, recreação orientada, de crianças e serviços sociais, por meio de palestras e cursos, exposições e outros meios de propaganda, além de outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de Utilidade Pública. Tendo em vista os motivos retro, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis,

Curitiba, quarta, em 24.09.97

para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 486/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria da Cultura, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a firmar convênio com o "KO YVY - NOSSA TERRA", Sociedade de Pesquisa e Educação Ambiental, visando a construção e instalação de uma Biblioteca Pública na Ilha do Mel, Município de Paranaguá.

Art. 2º - Caberá à "KO YVY - NOSSA TERRA", a manutenção e o controle do fluxo de empréstimos de livros aos usuários, assim como as campanhas de conscientização e de resgates dos valores culturais na Ilha do Mel, sem ônus para o erário público.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.09.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A "KO YVY - NOSSA TERRA" (Sociedade de Pesquisa e Educação Ambiental), presidida pelo jornalista e escritor Ricardo Rodrigues, tem sua sede provisória na Ilha do Mel, onde já vem atuando no sentido de formular projetos que contemplem a comunidade daquela localidade em diversas áreas: ambiental, cultural e humanitária.

Caberá à "KO YVY - NOSSA TERRA" no caso específico deste projeto de lei, a colaboração na biblioteca a ser instalada na Ilha do Mel, controlando o fluxo de empréstimo de livros, selecionando material de educação ambiental, literatura, livros técnicos, etc., sempre incentivando a comunidade local à leitura, além de fazer levantamento sobre as tradições culturais e históricas. A biblioteca será construída de acordo com os projetos a serem desenvolvidos pelos órgãos afins do Governo do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 487/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica assegurado, ao servidor público, ocupante da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino de 1º e 2º graus da Rede Pública do Estado do Paraná, o direito de concorrer, em eleições diretas, a novos mandatos sucessivos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.97.

(a) ANIBAL KHURY

## JUSTIFICATIVA:

Não se justifica qualquer proibição aos atuais Diretores de Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus, da Rede Pública do Estado do Paraná, de concorrer a outro mandato.

A evolução do sistema democrático tem nos mostrado que quando o administrador age corretamente, dentro dos princípios da moralidade administrativa, a comunidade deve reconduzi-lo para que prossiga no seu trabalho profícuo.

Agora mesmo vimos a aprovação de emenda constitucional, permitindo a reeleição dos mandatários, nas três esferas de poder, fato que foi aplaudido por toda a população brasileira.

Assim, cabe à comunidade julgar o seu administrador, não é possível proibir-se a reeleição de Diretores de Estabelecimentos de Ensino.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) -

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

"A crise das polícias e a segurança nas fronteiras

O aparelho de segurança brasileiro vive uma das maiores crises de sua história. A recente eclosão de greves de policiais civis e militares em vários pontos do País, revelaram uma situação de colapso no sistema público de segurança e deixaram, na opinião pública, a sensação de desamparo.

Nesse momento, é preciso destacar que a crise não se restringe às polícias civis e militares. A Polícia Federal, que tem a missão de combater

o crime organizado, o tráfico de drogas e o contrabando de armas, vive hoje uma situação de quase total abandono e está literalmente sucateada por falta de recursos materiais e humanos. Segundo relatório reservado, elaborado pela própria PF, publicado recentemente pela imprensa nacional, o crime organizado domina os mais de 15 mil quilômetros de fronteiras brasileiras.

O levantamento feito pelo delegado Aldeir Bório da Fonseca mostra que as unidades fronteiriças da PF estão abandonadas, os prédios precisam de reformas, os sistemas de comunicação são ultrapassados, faltam veículos, armamentos e principalmente recursos humanos. As condições de habitação, alimentação, serviços, saúde e educação para os policiais são precárias.

A conclusão mais grave do relatório é a de que os baixos salários deixaram os policiais federais vulneráveis à corrupção. A situação é tão crítica, que segundo o delegado, criou-se uma relação entre o crime organizado e as polícias civil, militar e federal em cidades fronteiriças de Tabatinga a Ponta Porã, de Guaira a Foz do Iguaçu, compondo uma rede de apoio às ações do crime', segundo as palavras do próprio delegado Fonseca.

Nos deixa mais alarmados ainda a constatação de que a falta de segurança nas fronteiras acaba fatalmente colaborando para o aumento da criminalidade nas médias e grandes cidades. A violência urbana é alimentada com as armas e drogas pesadas do tráfico de fronteira, segundo reconhece o próprio Ministério da Justiça. As grandes cidades concentram os mercados fornecedores de carros roubados, seqüestro e venda de crianças, comércio de mulheres e imigrantes clandestinos, contrabando de armas militares e lavagem de dinheiro ilegal.

Essa relação entre crime organizado e violência urbana pode ser constatada aqui mesmo no Paraná, onde recente reportagem da imprensa local mostrou crianças viciadas com idade entre 7 e 12 anos, que trabalham como traficantes nas favelas de Foz do Iguaçu. Segundo a reportagem, crianças em idade escolar, armadas com revólver e pistolas, vendem drogas nas entradas das principais favelas de Foz, atuando

como intermediários entre os usuários finas e os traficantes.

Pelo 'trabalho', essas crianças recebem R\$ 30,00 por noite, mas sempre voltam para casa sem nenhum centavo, pois todo o dinheiro é gasto para sustentar o vício do 'crack'. Segundo as crianças, carregamentos de armas e munições chegam diariamente às favelas de Foz, transportadas por barcos que cruzam a fronteira pelo Rio Paraná.

Enfrentar este quadro de abandono do aparelho de segurança nas fronteiras é um desafio que as autoridades brasileiras não podem mais adiar. Em 98, o Governo Federal começa a implantar a nova Política de Defesa Nacional, que toma como base as conclusões do relatório sobre a situação da PF. Entre as medidas previstas está a participação das Forças Armadas no controle e fiscalização das fronteiras.

O Paraná também tem dado passos importantes ao integrar seus esforços em ações conjuntas com as autoridades dos países vizinhos. Mas ainda precisamos avançar muito para podermos comemorar algum progresso nesse sentido. O importante é que os conflitos que surgiram recentemente não sejam esquecidos e possam servir como base para o enfrentamento dessa tragédia social e humana que é a violência."

O SR. PRESIDENTE (Maivo Beraldin) - Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Em Santa Terezinha do Itaipu, tem um hospital chamado Vera Cruz, também conhecido como Clínica Vale dos Ipês. Esse hospital é um Hospital Psiquiátrico, que é credenciado pelo Sistema Único de Saúde. Este hospital, recentemente foi descredenciado temporariamente, a prestar o atendimento na área de saúde mental, por intervenção do Ministério Público, através da Promotoria que pediu o seu descredenciamento. Pediu porque este hospital é acusado de exercer violência sobre os pacientes, de maltratos e de tratamentos inadequados sobre os doentes mentais - inclusive maltratos que ocasionaram, provocaram, a amputação de um membro de um desses pacientes.

Esse hospital, conforme informações que chegou à nossa assessoria,

tinha registrado que fornecia medicamentos a pacientes que já tinham morrido dentro do próprio hospital, e no entanto, no seu histórico, registrava o fornecimento de medicamentos.

O nosso Estado tem leitos psiquiátricos superiores à sua necessidade: cerca de 15% dos leitos hospitalares estão hoje colocados à disposição desses hospitais psiquiátricos, quando cerca de 4 a 5% seriam suficientes.

Esta Casa Legislativa aprovou um projeto de nossa autoria, que estabelece o respeito, a dignidade e a cidadania de todos os pacientes e, no caso específico, os doentes mentais. Estabelece a necessidade de tratamento em hospital/dia, de casas de convivência e assim por diante, e núcleos de atendimento psicossocial.

Isso a Secretaria de Saúde do Estado não vem implementando. Elogio o responsável, Senhor Cícero Tirone, da Secretaria de Saúde, que descredenciou esse hospital do SUS, porém, uma série de autoridades daquela região: Vereadores, Prefeitos de toda Região Oeste, pressionaram a Secretaria de Estado para reabrir, para novamente credenciar o hospital, que tem pautado pelo desrespeito à dignidade da pessoa humana. Tem se pautado por não respeitar a cidadania dos chamados doentes mentais. Tem tratado de maneira arcaica os portadores de patologias mentais, com tratamentos inadequados, que voltam a vinte, trinta anos atrás. Tem tratado com violência, inclusive causando amputação de membros de pacientes lá internados.

Seria importante que as autoridades daquela região, ao contrário de montar "lobbys" pressionando a Secretaria de Estado da Saúde para reabrir os hospitais, que chamasse a um debate com a sociedade organizada. Que chamassem a um debate com técnicos e Legisladores que entendem a situação da saúde mental, para mostrar o quanto esta atrasado este tipo de tratamento, o qual faz o doente mental um prisioneiro por vinte, trinta, quarenta anos e - pasmem, Senhores Deputados - nos hospitais psiquiátricos do nosso Estado têm pacientes internados há vinte anos, se não mais! Um tratamento retrógrado!

E Vereadores daquela região, que eu saiba, inclusive...

(É retirado o som)

...na realidade, pedem a abertura e o credenciamento novamente deste hospital. Hospitais que têm tratamentos semelhantes a esse - como o HIJ de União da Vitória, que recentemente foi fechado - são hospitais que não fazem falta à sociedade. Se nós, as Prefeituras e o Governo do Estado montar núcleos de atendimento psicossocial, fazendo com que o dinheiro que vai ao hospital, remeta como renda mínima para essas famílias que têm pacientes vítimas do problema mental, acaba com o internamento.

Na Cidade de Angra dos Reis, num trabalho feito por aquela Prefeitura, não existe nenhuma família que tenha um parente dentro de um hospital psiquiátrico. No entanto, quanto têm a oportunidade de construir um novo, por desconhecimento, ou até, às vezes, interesse próprio, volta-se ao modelo antigo.

E ontem, em reunião daquele Partido na Secretaria de Estado da Saúde, cedendo ao "lobby", permite-se que o hospital seja credenciado ainda por mais trinta dias, quando o que tinha que estar era sentado dentro dos tribunais para ser julgado o comportamento do corpo clínico daquele hospital e, principalmente, o comportamento, no que diz respeito a lesões corporais, que é feito por irresponsabilidade dentro do hospital.

Ao contrário do que devia ocorrer, ganha esse hospital mais trinta dias, como quem a vida inteira agiu errada, vai corrigir em trinta dias todas as distorções do passado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Essa Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença do ex-Prefeito de Piraquara, João Guilherme Ribas Martins; da Vereadora Indianara; da Presidente da Associação de Santa Catarina, Iracema; e do Secretário Celso Rocha. Essa Presidência quer desejar as boas vindas aqui nesta Casa.

No Grande Expediente, passamos a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de registrar - com satisfação - a presença na tribuna de honra desta Casa, dos

representantes do "Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais". Fazer este registro, Senhor Presidente, porque já não é mais segredo para ninguém, principalmente para aqueles que circulam pelo Centro Cívico, a presença - já há alguns dias - dos servidores públicos acampados diante do Palácio Iguazu - porque não dizer diante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, diante do Tribunal de Justiça desse Estado! Há mais de dez dias ali permanecem acampados sem que, até o presente momento, nenhuma das suas reivindicações tenham obtido o êxito, o sucesso almejado pelo segmento de servidores públicos do nosso Estado, já que o Governo do Estado não tem se mostrado sensível às reivindicações deste setor.

No dia de ontem recebemos em nosso gabinete, correspondência a nós endereçada pela Coordenação do "Fórum de Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais", nos dando conta da necessidade premente de que as reivindicações desse Fórum possam ser atendidas pelo Governo, muito especialmente uma delas, que diz respeito a uma reposição salarial de 42,37% para o Quadro Geral do Estado, que há mais de dois anos está sem nenhuma reposição salarial - aliás, a única categoria que não recebeu qualquer índice de reajuste no atual Governo do Senhor Jaime Lerner.

E o motivo que nos traz a esta tribuna, é para solicitar aos Senhores Deputados que aprovem um Requerimento que já protocolamos junto à Presidência desta Sessão, no sentido de que possamos avalizar, possamos endossar, possamos nos somar a essas reivindicações que faz o "Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais", no que diz respeito a este aumento, a este reajuste de 42,37% para os integrantes do Quadro Geral do Estado do Paraná. E, junto a este Requerimento - ao qual peço adesão e a soma dos nobres Companheiros - segue um texto elaborado pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômico, cujo documento é intitulado: "Repercussões financeiras do reajuste aos servidores públicos - nível operacional e médio do Quadro Geral do Estado".

E, neste documento - que pedimos aos Senhores Deputados que aprovem o

seu envio ao Governador Jaime Lerner, ao Secretário de Administração e ao Secretário da Fazenda - está muito bem explicitado - e os Senhores Deputados já estão tendo a oportunidade de conhecer este documento, que está sendo entregue a cada um dos senhores - deixa aqui bem claro que este reajuste salarial de 42,37% para os trinta e cinco mil, setecentos e quatro servidores de nível operacional e médio do Quadro Geral do Estado, representará um impacto de apenas 1,30% das receitas correntes líquidas, se comparados, evidentemente, analisados na média da receita do 1º semestre de 97.

Vejam, Senhores Deputados, que aquilo que está se pedindo para este segmento que nada recebeu nesses dois anos e nove meses de Governo Jaime Lerner, representará na folha apenas e tão somente um impacto de 1,30%!

Por esta razão é que pedimos aos Senhores Deputados que aprovelem este documento. Estamos fazendo por esta mesma razão, este registro, e ainda em contato com as Lideranças do "Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Estaduais", estamos tomando conhecimento também que a Assembléia Legislativa abrirá um espaço na próxima semana, muito provavelmente na próxima terça-feira, para que as lideranças desse Fórum possam, com mais conhecimento, com mais detalhamento, com mais profundidade, trazer ao conhecimento desta Casa, a realidade salarial dos servidores públicos do Estado do Paraná. Alguns, é bem verdade que já tiveram reajustes, que já tiveram melhorias salariais, como foi o caso do pessoal de nível superior, como é o caso da Polícia Militar, como é o caso dos cargos comissionados, que tiveram seus reajustes.

Então, na próxima semana, teremos novamente a presença dos representantes deste "Fórum das Entidades Sindicais", para que eles nos deem conhecimento da profundidade da necessidade, enfim, desse reajuste para o pessoal que integra o Quadro Geral do Estado do Paraná.

Agradeço mais uma vez em meu nome, em nome da Bancada do PMDB, e tenho certeza que de todas as Bancadas com assento nesta Casa, a presença dos líderes dos servidores públicos do nosso Estado.

O outro assunto, Senhor Presidente, que nos traz a tribuna no dia de hoje, diz respeito a obrigação que temos, na condição de Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário, e coordenando seguidamente reuniões dessa Casa, em que se discute a questão agrícola, a questão pecuária do Estado do Paraná e do Brasil, discute a situação dos agricultores de um modo geral, temos sim, por obrigação, vir aqui - já que fomos colocados na condição de Presidente deste Bloco pelos Senhores Deputados - prestar contas das atividades que estamos desenvolvendo no setor agropecuário do Estado do Paraná.

Ainda hoje de manhã, em contato telefônico que mantivemos com o nosso companheiro Deputado Toti Colaço, que se encontra em Brasília, o mesmo nos adiantava algumas ações que desenvolveu no dia de ontem, e que está desenvolvendo no dia de hoje, na defesa dos interesses dos produtores rurais do Estado do Paraná e do País. Teve a oportunidade - o nosso companheiro Toti Colaço, que lá está representando a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - de conversar, juntamente com outros Deputados de outros Estados do País, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Lideranças do Municipalismo, da Agropecuária brasileira, esteve reunido no dia de ontem, com o Presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães. Esteve reunido com o Deputado Federal Renan Calheiros - Deputado Federal ou Senador, agora não me ocorre. Esteve também numa reunião no Tribunal de Contas da União. Esteve no Ministério da Fazenda e esteve no Ministério da Previdência.

Vejam vocês que ele esteve em diversos setores. Por quê? Porque o Toti Colaço, como Presidente do Bloco Parlamentar Municipalista, está em Brasília para cumprir duas tarefas: a primeira delas é participar junto com a Associação dos Municípios do Brasil, com a Associação dos Municípios do Paraná e Associações de outros Estados, da discussão que está havendo e que houve ontem em Brasília, acerca da modificação dos critérios de repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Sabem os Senhores Deputados que há muitos anos que o FPM não mudou os seus critérios de repartição e que era

intenção do Governo Federal, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas da União, mudar os critérios a partir do dia 1º de outubro, e as lideranças municipalistas estão empenhadas para que esses critérios não sejam alterados agora? Eles já se ajustaram para que os critérios atuais permaneçam valendo até o dia 31 de dezembro e até lá, os novos critérios serão amplamente discutidos pelos Deputados Federais, Senadores, Prefeitos e Deputados Estaduais, de forma que possamos chegar a um entendimento nesse setor.

Discutiu-se também a questão da nova programação de rolagem da dívida do INSS; discutiu-se também a questão do endividamento hoje existente por parte dos municípios, decorrentes, em muitos casos, de precatórios trabalhistas que existem a nível de cada município.

No que diz respeito à securitização, o Deputado Toti Colaço também nos informava que esteve participando de conversações junto com o Deputado Odílio Balbinotti, junto com o Deputado José Janene, com o Deputado Paulo Cordeiro, e com o Deputado Moacir Micheletto, e que deles obteve a informação que já tinha obtido junto aos Senadores Osmar Dias, José Eduardo e Roberto Requião, de que até o final deste mês de setembro, deverá sair uma nova instrução, uma nova resolução, dando conta de como ficará a securitização da dívida dos produtores rurais, principalmente no que diz respeito à primeira parcela, que vence agora em 31 de outubro.

Antecipadamente, esses Parlamentares com quem conversou o nosso companheiro Toti Colaço, dizia a ele e dizem esses Parlamentares em correspondência a este Parlamentar que vos fala, que a securitização será analisada caso a caso, o produtor que entender que a sua dívida não foi devidamente securitizada, pode apresentar seus motivos e razões e pedir novo prazo. O agricultor que, por razões de produtividade de sua lavoura ou por questões climáticas ou por outro motivo, não conseguiu ter uma colheita satisfatória e, portanto, não tem condições de pagar a primeira parcela, deverá se dirigir à agência bancária no seu município, ou no município onde ele fez o seu financiamento, a sua securitização, para que possa, essa

primeira parcela, ser renegociada, ser renegociado o seu pagamento.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, faço estes esclarecimentos para que os senhores saibam que, na condição de Presidente do Bloco Agropecuário, e o Deputado Toti Colaço, na condição de Presidente do Bloco Municipalista, estamos empenhados em desenvolver todos os esforços para os nossos municípios possam ter os seus interesses defendidos, através da participação desta Assembléia e que os produtores rurais possam ter a certeza de que esta Casa não se omite, não se esquece de defender e lutar pelos interesses dos produtores rurais do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, pelo PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou chamar pelo nome, e as pessoas presentes queiram levantar o braço ou dizer que estão presentes: Idair, Sebastião, Vanderley, Tardeli, Anísio Xavier Dias, Renato, Pedro Almeida, Carlos, Eduardo Conte, Laudelino Camargo, Pedro Borba Machado, Porfírio, João Machado, Severino Camargo, Fausto Salmásio, José Fausto dos Santos, Darci Galvan, Nivaldo, Marino, Hugo, Jocelino, Antônio, José Gonçalves, Aley Esser, Giovanni, César, Paulo. Esses são os nomes de pessoas que não puderam fazer que estão presentes porque o Governo do Estado do Paraná inaugura nesse dia de hoje, uma nova página da história política do nosso Estado.

São os 29 presos políticos que estão atrás das grades, nas prisões no Estado do Paraná, como presos comuns, acusados de formação de quadrilha. Lideranças de um movimento social, que luta pela posse da terra para gerar emprego, gerar riqueza, gerar trabalho para o nosso povo do campo! São 29 presos políticos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que hoje estão atrás das grades no Estado do Paraná.

O Partido dos Trabalhadores em sua reunião de hoje, tomou a seguinte decisão, diante da gravidade dos fatos: sexta-feira e sábado, será reali-



zada a Abertura dos Jogos Mundiais da Natureza, na Cidade de Foz do Iguaçu, na Região Oeste do Estado do Paraná. Estão convidados para vir o Presidente da República, autoridades do Governo Federal e as autoridades do Governo do Estado do Paraná.

Como entendemos a gravidade do que está acontecendo no campo, no Estado do Paraná, e tendo como base a orientação da Secretaria de Segurança Pública, através de fax e documentação que foi mandada pela Anistia Internacional, orientando a Polícia Civil do Estado do Paraná a trabalhar, juntamente com os fazendeiros do Estado do Paraná, para promover a prisão de lideranças do Movimento Sem-Terra, não nos resta outra alternativa a não ser que, na vinda do Presidente Fernando Henrique Cardoso e da inauguração dos Jogos Mundiais da Natureza, com a presença da imprensa nacional e internacional, o PT fará um movimento junto com os trabalhadores sem-terra, junto com funcionários públicos, junto com os professores do Estado do Paraná, que conterà as seguintes etapas: em primeiro lugar, vamos lançar 29 balões nas Cataratas do Iguaçu, contendo o nome dos 29 presos políticos no Estado do Paraná. Vamos soltar 29 pombos brancos em homenagem ao programa que vamos dar início, à campanha que vamos dar início por ocasião dos Jogos da natureza, que tem o seguinte lema: "Paz na natureza, paz no campo! Soltem os 29 presos políticos do Paraná! Reforma agrária no nosso País!"

Juntamente com este movimento, vamos entregar uma carta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, relatando as coincidências e as intervenções do Secretário de Segurança Pública, suas orientações de bastidor, através de documentos, que orienta a Polícia do Estado a promover, na realidade, uma visão parcial dos problemas do nosso Estado, estando do lado dos fazendeiros numa ação criminosa, sorrateira, noturna, típica das sombras da ditadura militar, procurando criminalizar o movimento social, que é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Infelizmente, não temos alternativa, a não ser a de promover a denúncia, veemente...

Foram passados cinco minutos, e quero utilizar também o Horário do

PMDB, que já tenho com o apoio da Liderança.

Porque, vejam só, Senhores Deputados, o Estado do Paraná tem na condução da Secretaria de Segurança, um homem, que pela minha visão - e me desculpem, posso até estar enganado - mas é um homem completamente descontrolado e descabido de estar à frente de uma Secretaria tão importante como essa. O Senhor Cândido Martins de Oliveira, depois de viver um período de ostracismo muito grande, porque foi acometido de vários problemas de relacionamento, por ocasião daquela violência que comandou pessoalmente, onde orientou a Polícia Militar a atirar nas pernas dos trabalhadores sem terra. O Secretário viveu um momento de ostracismo de dois anos e meio. Conseguiu desarticular a Polícia Militar. Conseguiu fazer um processo de - quase, insurreição do Comando da Polícia Militar. Conseguiu desestabilizar a Polícia Civil no Estado do Paraná. Foi capaz de promover a maior farsa, espetacular, que se tem notícia, crime no Estado do Paraná, que foi o atentado a seu carro, quando ele próprio, junto com o seu motorista, dispararam tiros contra o seu veículo, e até agora esse inquérito não teve resolução.

O Governador Jaime Lerner é um homem - posso discordar dele em tudo, do ponto de vista da sua ação programática de Governo - que tem um perfil civilizado. Um perfil que procura, antes de qualquer solução, a busca do diálogo, a busca da superação dos conflitos, através da mediação. É um homem que tem sensibilidade de determinados aspectos da vida social da nossa sociedade.

O perfil do Senhor Cândido Martins de Oliveira, que procura entender que qualquer movimento social, tem que ser resolvido sob o prisma da bala, sob o prisma da baioneta, tende a criminalizar qualquer movimento social. Não é o perfil do Governador Jaime Lerner. Esta imagem do Governo do Estado do Paraná não se coaduna com a imagem do seu governante. O Secretário da Segurança Pública fere ao fazer declarações, ao posar com armamento pesado, nas páginas de jornais da Capital do Estado do Paraná, como na "Folha de Londrina", no "Estado do Paraná", engatilhando cartucheiras de



doze tiros, falando à respeito do combate à violência!

O Estado do Paraná não pode trilhar a trilha sombria, a trilha escura, que procura insensível, e pode descambar na trilha de sangue, manchando o solo do território paranaense, de uma luta social.

Por isso, o Governador do Estado do Paraná tem uma responsabilidade muito grande, e a Bancada que dá sustentação ao Governo mais ainda, de alertar ao Governo, porque as ações que são cometidas pelo Secretário de Segurança Pública, que é um homem que sofre de incontinência - incontinência verbal, e não só a verbal - despreparado e desequilibrado para estar à frente de um momento tão importante e tão dramático da vida nacional, quando se tem no Brasil inteiro um conflito desta envergadura, que é o conflito do campo!

Não sou daqueles do PT que defendem a invasão de área produtiva. Não sou desses! Todos os senhores me conhecem. Mas não posso admitir que o Governo do Estado do Paraná, que tem uma outra prática, que tem uma outra postura, que tem todo um entendimento diferenciado, permita que o Secretário de Segurança Pública seja influenciado e possa decidir ações de Governo que mancham a história do Governo Jaime Lerner até o dia de hoje.

Espero que os senhores corrijam o curso desses atos da Secretaria de Segurança Pública e sugiram ao Governador que demita o Secretário de Segurança Pública, para que ele não coloque o Estado do Paraná, novamente, nas páginas policiais do mundo inteiro, como um Governo repressor de um movimento justo, que é um movimento que luta por terra, por trabalho e por liberdade.

Acho que os conflitos com os fazendeiros, não devem ser levados da forma como estão sendo levados até hoje. É preciso construir canais de negociação, mas ao mesmo tempo em que se constrói canais de negociação com o Governo do Estado, dando o aval, com o Secretário da Casa Civil Rafael Greca, estando à frente deste processo, se permite que o Senhor Secretário de Segurança estimule, insufle, possa incentivar ações da polícia, mancomunados com fazendeiros, com pistoleiros a mando de fazendeiros, para crimina-

lizar o Movimento Sem Terra e promover massacres em território paranaense. Se algum ato desta natureza for cometido no Estado do Paraná, tenho certeza - está aqui o alerta no dia de hoje, quarta-feira - que a responsabilidade é do Secretário de Segurança Pública, que não tem medido esforços, a não ser impulsionar a violência no Estado do Paraná.

Deputado Plauto Miró, vou lhe conceder um aparte na sequência, porque vou abordar um outro assunto que lhe diz respeito também. Tenho certeza que Vossa Excelência tem algo a dizer.

Vim aqui falar sobre o Cândido Martins de Oliveira e o que acontece no campo e dizer da campanha que o PT vai fazer agora, fazendo uma homenagem à "Paz na Terra, Paz no Campo, Paz na Natureza, Reforma Agrária e Soltura dos 29 presos Políticos", que vamos fazer em Foz do Iguaçu na sexta-feira e no sábado. São esperados 350 trabalhadores sem terra, professores, funcionários públicos e o PT estará com as suas lideranças lá, para recepcionar o Presidente da República e apresentar uma carta a ele e ao Governador Jaime Lerner sobre os fatos que estão acontecendo no Paraná.

Mas, um outro assunto me traz a esta tribuna, e não poderia deixar de levar isto a debate na Assembleia Legislativa e, lamentavelmente vou ter que pedir para a Bancada de Situação que oriente o Governador do Estado, porque é impossível aceitarmos que um Secretário de Estado, acusado pela Polícia Federal, todos sabemos que tem problemas profundos, porque três pessoas já foram demitidas porque foram flagradas em roubo descarado do Banco do Estado do Paraná.

Está aqui, senhores, está aqui: "Polícia investiga Secretário de Lerner". Não é a polícia do PT, é a Justiça Federal que abriu inquérito contra o Senhor Osvaldo Magalhães em função das atitudes cometidas no BASNESTADO Leasing, que levou a um prejuízo - só no ano passado - de 90 milhões de reais para o Banco do Estado. Neste ano espera-se um prejuízo de 35 milhões de reais! Mais de 100 milhões de reais! Funcionários do Senhor Osvaldo Magalhães foram confirmados com contas no City Bank, recebendo cheques de propinas pelos financiamentos liberados. Este senhor saiu do

BANESTADO Leasing porque as irregularidades já tinham confirmado os indícios. Na época, deu um desfalque que arreventou com o Banco do Estado do Paraná na sua administração. Logo depois, foi conduzido a ser Secretário de Esporte e Turismo e hoje continua à frente desta Secretaria.

Como é que este homem vai conversar com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao lado do Governador Jaime Lerner? Um homem que está sendo investigado pela Polícia Federal do nosso País, sob a acusação de malversação do dinheiro público, Deputado Neivo Beraldin, em exercício na Presidência desta Assembléia? O Governador não pode aceitar, vamos estar lá junto com o Presidente da República e vamos levar ao conhecimento dele e das autoridades, vamos distribuir um dossiê sobre a atuação do Senhor Osvaldo Magalhães na condução do BANESTADO Leasing. O Governo não pode permitir que um homem que seja Secretário de Estado, que deva ter o respeito da população como um todo, seja processado pela Polícia Federal, quando a Procuradoria da Justiça Federal aceitou as arguições - não impetradas pelo Deputado Ângelo Vanhoni, que é do PT, da Oposição; não impetradas pelo Deputado Romanelli, que é da Oposição, mas impetradas exatamente pela Direção do Banco do Estado do Paraná! Como é que pode isso? O próprio Diretor do Banco do Estado do Paraná entra com uma ação da Polícia Federal para responsabilizar e apurar as denúncias de problemas ocorridos na gestão de um Secretário de Estado, e o Governo não toma nenhuma atitude? Acha que está tudo bem? O que está por trás disto? Será que o Governador Jaime Lerner quer acobertar uma fraude, um deslize do ponto de vista financeiro, por parte de um auxiliar seu? Não acredito nisso! Não acredito que a permanência de um Secretário seja mantida pelo Governador para tentar acobertar com foro privilegiado as denúncias que são feitas, não pela Oposição, mas pela Diretoria do Banco do Estado do Paraná, através de seu Presidente Manoel Garcia Cid. É preciso dar respostas a estes fatos.

Não acredito, Senhores Deputados, que o Governador esteja comprometido com o Secretário na manutenção do seu cargo, tentando acobertar uma fraude em evidências, em indícios de

que ele teve participação no processo de fraudes e deslizes financeiros no BANESTADO Leasing.

Cabe a nós, da Assembléia Legislativa, tomarmos as providências necessárias.

Quero dizer aos senhores que, na segunda-feira vamos entrar com uma ação popular contra o Secretário de Esporte e Turismo, em função das denúncias já roladas e que faz parte também do processo na Justiça Federal, como bem evidencia nas páginas dos jornais, e não está só na "Gazeta do Paraná" - jornal do nosso querido amigo e conhecido Marcos Formighieri, que tem uma linha de oposição ao Governo do Estado - está também no jornal "Estado do Paraná", de propriedade do Senhor Paulo Pimentel, que não é um jornal de oposição, tem uma conduta equidistante dos problemas políticos.

Então, Senhor Presidente, é preciso ir a fundo nessas investigações. A partir de segunda-feira o PT vai estar novamente colocando a necessidade de uma CPI para apurar as gravidades das denúncias e das irregularidades cometidas no BANESTADO Leasing.

Primeiramente quero conceder um aparte ao Deputado do PFL, Plauto Miró.

**O Sr. Plauto Miró Guimarães** - Nobre

Deputado, estou escutando atentamente seu pronunciamento, e só quero lhe lembrar que o Governador Jaime Lerner vem tendo uma atitude um tanto quanto de um Governador responsável, nas questões de terras do nosso Estado do Paraná. E o Secretário Candinho vem cumprindo aquilo que o Poder Judiciário manda, que é fazer com que as reintegrações de posses sejam cumpridas dentro do nosso Estado. E até o exato momento, as três reintegrações de posses que tivemos, num prazo curto, foram todas elas de um êxito total, porque não houve violência nenhuma.

Não vejo o senhor aqui, criticar a maneira pela qual está sendo conduzida pelo Poder Executivo Estadual a questão do Movimento Sem Terra e da Reforma Agrária, mas tenho visto que o Governador tem muita responsabilidade. Em certos momentos até demais, onde estão sendo cumpridas estas medidas de acordo com que o Poder Judiciário manda fazer.

Eu me lembro, lá no Governo anterior, que o discurso do PT, aqui dentro desta Casa, como hoje, sempre foi criticar o ex-Governador por não cumprir as medidas judiciais, e, hoje, estão criticando o Governador por estar cumprindo as medidas judiciais!

Não estou entendendo muito bem o discurso do PT dentro desta Casa: numa época é um, noutra época é outro! Mas a realidade é uma: o Governador é um tanto quanto responsável nesta questão da Reforma Agrária e do Movimento Sem Terra.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Quero dar um aviso - e quem avisa, amigo é - sei que a Bancada da situação não precisa de conselho, e também sei que o Governo do Estado não precisa de conselho, mas os senhores sabem - e sabem melhor do que eu - que o Senhor Cândido Martins de Oliveira é despreparado, não tem equilíbrio mental nem emocional, é um homem que enxerga os conflitos sociais sob a ótica do crime, está impulsionando a violência, e se Vossa Excelência diz que os mandatos judiciais não tiveram problema, concordo com o senhor.

Estou me referindo à participação da polícia, durante a noite, de madrugada, a participação de 80 homens encapuzados, onde a polícia estava participando. E esta ação o Senhor Secretário da Segurança Pública sabia, estava por trás desta ação, para desocupar uma área que não tem mandato de reintegração, porque ela está "sub judice" e já foi decretada área de reforma agrária. A pendência judicial está na esfera federal, não compete ao Secretário de Segurança Pública orientar. Tanto é que não orientou, não orientou a Polícia Militar a fazer o despejo na Fazenda Saudade. Foi uma ação criminosa dos jagunços e da Polícia, sob a cobertura da Secretaria de Segurança Pública! Sabemos disso e Vossa Excelência também sabe!

E Vossa Excelência também sabe que o Secretário de Segurança Pública, quando se viu acuado, prestes a perder o cargo que tinha, inventou um ataque ao seu carro, perto da sua casa, disparando tiros de nove milímetros, e de trinta e oito! Ele e seu motorista! Vossa Excelência sabe que esta farsa espetacular chamou a atenção para o Senhor Secretário da Segurança Pública

como se fosse uma vítima, e sabemos que não era. Um homem que é capaz de um gesto como este, na envergadura de um cargo que tem, temos o direito de suspeitar que é capaz de qualquer ato!

Ora, um homem, Secretário de Segurança Pública, que atira no seu próprio carro, que inventa uma farsa como esta para chamar a atenção da opinião pública estadual e nacional, sabemos que pode cometer qualquer ato.

Por isso aviso ao Governador do Estado: a violência pode descambar o Estado do Paraná e a responsabilidade será dos desmandos que o Secretário de Segurança está fazendo na condução de uma Pasta tão importante!

Ou o senhor tem notícias de quem deu aqueles tiros no carro do Secretário de Segurança Pública? Ou alguém aqui tem alguma dúvida de que aquilo não foi uma farsa montada? Tanto é que não tem nenhuma apuração até agora! Todos temos certeza que aquilo foi uma grande farsa. E, cá entre nós, estamos à beira do século XXI, estamos entrando num período de uma nova história da humanidade, num período em que o próximo século pode resolver problemas de todos os habitantes deste planeta, do avanço da ciência, da técnica, da consciência, do saber humano, mas, do ponto de vista civilizatório, a conduta deste homem à frente da Secretaria de Segurança Pública é reprovável ou não é? É reprovável!

Não estamos mais nas décadas de 40, 50, estamos à beira do ano 2001, onde as notícias e as informações correm, rápidas e velozmente através de "chips" de computadores, no mundo inteiro.

Vou conceder o aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Deputado Vanhoni, Vossa Excelência, com esta eloquência que é a sua própria característica de vida! Mas eu queria, na verdade, dizer a Vossa Excelência, quanto a esta questão da violência no campo, e lembrar ao Deputado Plauto, que eu e meu amigo Nerone vamos fazer um telefonema aqui, logo após a sessão, para o Dom Murilo Krüeger, que era o Bispo de Ponta Grossa e agora é de Maringá, mas que sei ser seu amigo, seu pastor, para que ele faça com Vossa Excelência a mesma coisa que o Rabino Sobell fez com o Go-

vernador Jaime Lerner: chamar Vossa Excelência ao bom senso!

Deputado Vanhoni, Vossa Excelência que aborda, de forma tão consistente um tema...

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sabe por quê, Deputado Romanceei? Porque é um assombro para a inteligência e para os homens de bom senso o que o Secretário da Segurança vem fazendo na frente desta Secretaria! Tenho certeza que o Governador Jaime Lerner não concorda!

Conheço o Governador Jaime Lerner muito antes de vários dos Senhores que são Deputados e que são da base de sustentação hoje aqui. Fui Vereador duas vezes, com o Prefeito Jaime Lerner, que hoje é Governador. Sei da sua relação com a sociedade e com alguns valores da civilização. O perfil do Senhor Jaime Lerner não é o perfil que o Senhor Secretário da Segurança quer fazer valer da imagem do Governo. O Senhor Jaime Lerner prefere o diálogo, o Senhor Rafael Greca prefere o diálogo. São homens - principalmente o Chefe da Casa Civil - acostumados ao debate, ao conflito de idéias, a busca de soluções. Não é o perfil da violência, da criminalização, do embuste, da farsa. E, cá entre nós, não podemos admitir que isso aconteça no Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Inicialmente gostaria de pedir um aparte ao Deputado Vanhoni, e saber se ele está fazendo um pronunciamento ou um bate-papo com o Deputado Romanelli, porque de repente ele dá um aparte ao Deputado Romanelli, aí interrompe e prossegue o seu brilhante pronunciamento! O Deputado Vanhoni sabe o respeito que tenho por ele, mas não podemos transformar aqui numa Casa de bate-papo, temos que ter o procedimento regimental, se não, não tem condições de permanecermos no Plenário.

#### (Discussões paralelas)

Não estou discordando de Vossa Excelência pelo tempo, inclusive se Vossa Excelência quiser usar o tempo da Liderança do Governo, para que possamos travar um bom debate, não tem problema! Agora, o que não pode é ficar tendo aqui um bate-papo.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Vossa Excelência usa o Horário da Liderança do PSDB, para concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Excelência, depois de ter visto aqui nesta Casa, o Deputado Valdir Rossoni lutar para assegurar o meu aparte, fico muito feliz! Pelo jeito, o PTB está fazendo bem ao Deputado Valdir Rossoni!

Mas creio, Deputado Ângelo Vanhoni, que Vossa Excelência foi à tribuna hoje inspirado, aborda dois temas que têm relação muito íntima, porque na verdade, o que está em jogo é o modo de administrar o Estado. Não pode o Governador pretender ser duro e cruel com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e ao mesmo tempo ser complacente com os fazendeiros gorrilhões, que perseguem esses trabalhadores e com aqueles "sem vergonha" que dilapidaram e dilapidam o patrimônio público. E aqui nesta Casa não há um Único Parlamentar - que eu tenha visto - independente se Situação ou Oposição, defender as roubalheiras que aconteceram no Banco do Estado do Paraná.

Inclusive, estou aqui, na minha boa fé, esperando - e isso me foi dito pessoalmente, inclusive - o Governador Jaime Lerner tomar providências.

Ontem, recebi uma informação, Deputado Ângelo Vanhoni, que o Governador Jaime Lerner vai esperar passar o dia 5, que é o término dos Jogos Mundiais da natureza, para botar na rua o senhor Osvaldo Magalhães dos Santos - ele acha que criaria um problema para os Jogos, colocar na rua o Senhor Osvaldo, na véspera de começar os Jogos Mundiais.

Acho que o Governador está correndo um grande constrangimento. Imagina se essa Juíza Federal decreta uma prisão provisória do Secretário! Vejam a situação de constrangimento que pode viver o Governo num palanque, com o Presidente da República, com o Secretário fugindo de uma ordem judicial de prisão!

Então, queria, na verdade, só cumprir, Deputado Ângelo Vanhoni, e dizer que Vossa Excelência tem absoluta razão, os assuntos que aborda são da maior procedência, inclusive esta questão do Secretário da Segurança

Pública é na verdade, o seguinte: ontem, na primeira página do "Estado do Paraná", o que é que estava o Secretário da Segurança fazendo com uma cartucheira, ameaçando - sabe lá Deus - com aquilo? Ora, sabemos muito bem as posições ideológicas do Secretário! Ele não é um homem afeito ao diálogo, ao contrário, é alguém que faz da prepotência a marca característica da sua visão de sociedade, de mundo e da sua vida no dia-a-dia.

Por isso que o Governador Jaime Lerner não pode ficar preso, nomeou na expectativa que fosse ser um bom Secretário. Infelizmente, ele tem demonstrado no dia-a-dia que está despreparado para o cargo. E o Governador Jaime Lerner faria um grande serviço - como fez com o Delegado Braddock, a pedido do Rabino Henry Sobell - também tirar o Senhor Secretário de Segurança Pública e colocasse nos quadros do Governo, pessoas equilibradas - cito inclusive, o exemplo do Secretário da Justiça, o Procurador Edson Vidal, que poderia inclusive, substituir o Secretário da Segurança Pública, porque é um homem equilibrado. Certamente prestaria muitos e melhores serviços ao Governo do Paraná e ao próprio Governador Jaime Lerner.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Deputado Romanelli, eu iria até mais à frente, vou lhe conceder o aparte.

Mesmo que o Governo não escolhesse o Secretário Edson Vidal para estar à frente da Secretaria de Segurança Pública, tenho certeza que até nos quadros da Polícia Militar, entre todo o Comando da Polícia Militar - que é de Coronéis - têm homens equilibrados, que têm formação militar para dirigir a Secretaria de Segurança Pública, sem fazer as mesmas injunções à violência que o Secretário Cândido Martins tem feito através da sua postura frente à essa Secretaria.

De fato é uma cena, e o Deputado Romanelli aborda muito bem. Não podemos prender 29 sem terra, e o Governo achar que isso é lógico, enquanto bandidos estão entrando à noite, enquanto os fazendeiros estão dizendo que vão se armar, que vão atirar, que vão resolver o conflito na bala. A Secretaria de Segurança não fez nenhum gesto, um gesto até agora. Não há jagunço preso.

E ao mesmo tempo, o Governo permitir que o Secretário de Esportes e Turismo continue à frente da Pasta, pode passar a imagem de que o Governador quer acobertar uma pessoa que está sendo investigada pela Polícia Federal. Há mando e abertura de inquérito policial pelo próprio Diretor do Banco do Estado, Senhor Manoel Garcia Cid. Ora, que constrangimento terá o Governador quando, lá em Foz do Iguaçu, na presença do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, nós, do PT, vamos ser obrigados a fazer esta denúncia através de panfletos, através de balões! Veja que constrangimento!

É hilariante, porque a imagem que o Deputado Luiz Claudio Romanelli suscitou, é uma imagem passível de ser verdadeira. Imaginem a Juíza decretando a prisão preventiva, a prisão temporária do Secretário, e ele sendo intimado no palanque junto com o Presidente da República! Que cena desagradável para o Governo do Estado!

Vossa Excelência tem um aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI - Eu, Deputado

Ângelo Vanhoni, deveria abrir mão de meu aparte, pois Vossa Excelência deixou esgotar o tempo, mas vinha ouvindo o seu pronunciamento e Vossa Excelência sabe muito bem como penso e como ajo. Sempre procuro exercer o meu cargo de Líder mais como um homem que está em alerta para que o Governador Jaime Lerner saiba o que está acontecendo no Estado, e tenho levado posições firmes e até duríssimas ao Governador.

E vinha acompanhando o seu pronunciamento e estava pronto a dar uma contribuição, mas quero dizer a Vossa Excelência que, após o aparte do Deputado Luiz Claudio Romanelli, Vossa Excelência começou a fazer um pronunciamento e entrando até no discurso do Deputado Luiz Claudio Romanelli, em deduções, em previsões, e aí, a minha memória é fraca. E não tenho esta capacidade de prever o futuro. Mas quero dizer a Vossa Excelência que, contudo o que Vossa Excelência disse do Secretário de Segurança, com a insinuações do Secretário de Segurança, quero dizer que o Governador Jaime Lerner - e agradeço pelo forma respeitosa com que Vossa Excelência tem tratado o Governador, e os paranaenses conhecem o Governador pela sua prudência, pela

sua competência, pela sua maneira de agir com muita qualidade, com muita sensatez. Vossa Excelência pode ter certeza que, no momento oportuno, se for necessário agir, ele agirá. Mas, até o momento não vimos necessidade.

Inclusive, fomos criticados pela falta de ação sobre a questão das invasões. O que o Secretário da Segurança está fazendo hoje, é simplesmente executar o que a Justiça determina. Ou Vossa Excelência é contra cumprir a determinação da Justiça? Em que País vivemos? O Governador Jaime Lerner tem determinado a todas as pessoas que agem nesta área, e reconhecemos que é um problema social. Mas não podemos transformar isto num palanque de discurso fácil. Este é um problema social que tem que ser discutido com profundidade, com responsabilidade de agir, da mesma forma que o Governador está agindo.

Também temos o mesmo sentimento que Vossa Excelência tem: de que no momento que vamos fazer um despejo por determinação da Justiça, nos dói no coração e na alma, porque gostaríamos de ter um outro procedimento. O Governo Jaime Lerner é o único Governo deste País que tem uma ação concreta, efetiva, e está aí para todo o Paraná ver. Temos um programa para ajudar este problema. Sabemos que nossos recursos são insuficientes para resolver. Temos o Programa das "Vilas Rurais", que se tivéssemos tido a aprovação do Senado da República, ao invés de termos 150 Vilas Rurais - que está resolvendo parte dos problemas das pessoas que não têm terras e que não têm casa - não precisaríamos ter apenas 150, poderíamos ter 500 Vilas Rurais.

Então, Deputado Ângelo Vanhoni, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, esta questão não pode ser, aproveitando o momento - como Vossa Excelência está dizendo que vão a Foz fazer manifestações - não é num momento brilhante do Estado do Paraná, onde o Governador Jaime Lerner, que é um planejador, que é um homem reconhecido pelo mundo pela sua competência, está fazendo um projeto para mostrar o Paraná para o mundo, para transformar a Costa Oeste, para que possamos trazer os turistas, que é a maior indústria, é a indústria que mais cresce neste País.

Então, tenho certeza absoluta que os professores - que Vossa Excelência diz que estarão lá - que os sem terra - que Vossa Excelência diz que estarão lá fazendo manifestações - não serão a grande maioria, serão a minoria porque estarão lá sim, mas com o objetivo político do que num objetivo de alcance, de pressão social.

Deputado Vanhoni, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, quero discordar do seu pronunciamento hoje e dizer - e tranquilizá-lo - no caso do Secretário Osvaldo, no caso do Secretário Cândido Martins de Oliveira - acima de todos estes homens, temos a seriedade do Governador Jaime Lerner a sua tranquilidade. Pode ficar tranquilo, o Paraná, através de seu Governador, está em boas mãos.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Peço um minuto do Horário da Liderança.

O SR. VALDIR ROSSONI - Concedo um minuto do Horário da Liderança do Governo.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Muito obrigado, Deputado Valdir Rossoni.

Vossa Excelência aborda uma questão correta: me dói muito ter que fazer esta denúncia no momento dos Jogos da Natureza. Porque eu talvez não fizesse exatamente igual, se fosse Governador - me permita fazer esta imagem comparativa. Mas, sei que o turismo é uma coisa importante e nesse ponto e vista o Governador Jaime Lerner está absolutamente correto, em tentar desenvolver o turismo no Estado do Paraná.

Aliás, é a fonte de recursos que move hoje a Europa. Move hoje a Europa, move a Espanha, que ultrapassou Paris, que ultrapassou a receita da França, do ponto de vista de serviços e de turismo. A Espanha, nos últimos 10 anos deu esse salto, que era um País subdesenvolvido - do ponto de vista dos critérios europeus.

Então, dentro deste ponto de vista, o Governador Jaime Lerner está com toda a razão. E me dói muito ter que manchar, de certa maneira, a espetáculo. Por quê? Não é para construir maioria, mas é para fazer uma denúncia que reputamos da mais séria. Nem se trata muito da questão do Osvaldo, que

esta é uma questão ética, que esta é uma questão moral, esta é uma questão que o Palácio Iguaçu vai ter que resolver.

O Sr. Valdir Rossoni - E se coloca à disposição de Vossa Excelência. Se Vossa Excelência quiser conversar com o Governador agora, Vossa Excelência conversa.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Isto já está nas raias da Justiça Federal. Mas me dói muito manchar isso, porque Vossa Excelência diz que o Secretário de Segurança está cumprindo apenas ordem judiciais. Eu lhe digo que não! Eu lhe digo que não! Quero que o Secretário de Segurança Pública cumpra aquilo que o Governador disse: que doa a quem doer, doa aos fazendeiros se eles se armarem; doa aos fazendeiros se eles burlarem a lei, e doa aos sem terra se burlarem a lei.

Até agora só tem 29 presos políticos, lideranças do Movimento Sem Terra. Não tem um único jagunço, não tem um único inquérito policial instruído - até agora - em nenhuma delegacia para apurar a violência cometida numa madrugada contra 60 famílias. De uma área que já foi decretada de reforma agrária, que Vossa Excelência sabe disso.

Então a parcialidade e as declarações do Secretário da Segurança, Pública nos movem a fazer essa denúncia com veemência, para que o Brasil abra os olhos para o que possa acontecer no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - PT com a palavra.

PL. PTB. PPB. Liderança do Governo.

PFL. Com a palavra, Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ouvi atentamente o longo discurso de Sua Excelência o Deputado Ângelo Vanhoni, sabidamente nesta Casa um dos melhores tribunos que esta Casa tem: inteligente, envolvente, domina muito bem a atenção dos seus colegas, até pelo respeito que lhe devotam. Talvez tenha sido este o sentimento que tenha me feito calar e ouvir o seu discurso

até o seu término, mas não poderia sair desta Casa calado, sem manifestar-me, como se tivesse concordado com as palavras do ilustre Parlamentar.

Discordo, Deputado Vanhoni, de todas as suas afirmações com relação ao comportamento e à pessoa do ilustre Secretário de Segurança do Estado. Conheço o Doutor Cândido desde jovem, Diretor Superintendente, por longos anos, da FUNDEPAR. Depois, Secretário da Educação por duas vezes. Secretário da Segurança e antes, Conselheiro do Tribunal de Contas. Não vi e não conheço nenhum despreparo, nem tenho notícias de Sua Excelência, o Doutor Cândido, no cumprimento de tão altas funções durante tantos anos - inclusive, Senhor Presidente, um dos mais brilhantes Parlamentares que passou por esta Casa.

Portanto, Deputado Vanhoni, discordo de Vossa Excelência. É uma situação delicada, difícil, que agora cai sobre os ombros da Secretaria de Segurança: esta espinhosa missão, desse comportamento difícil de como assegurar a propriedade, mandamento constitucional, sem ferir o Movimento dos Sem Terra, patrocinado pelo PT, abertamente.

O Sr. Plauto Miró Guimarães Filho - Um aparte, Deputado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Logo mais.

Delicado, porque não poderíamos discutir em poucos minutos a validade deste Movimento, que poucos sem terra tem lá, Deputado! Pouquíssimos!

Outro dia, nesta Casa, um Deputado lembrava e aconselhava: não seria conveniente fazer-se no Paraná o cadastramento desses integrantes intitulados lavradores, trabalhadores sem terra, para saber quem são, de onde são, e onde vêm e o que querem? Como ocupação das terras de legítimos proprietários sem um projeto nacional? Não há um projeto de assentamento sério.

Esta Casa sabe que os pequenos proprietários, os agricultores detentores de pequenas áreas, não sabem o que fazem, não sabem o que plantam, porque não sabem para quem vender e o preço. Normalmente os preços da produção não cobrem as despesas. Não é apenas designar locais para lá jogar-se ou lançar-se inúmeras famílias sem qualquer recurso, sem antes ter o Es-



tado, estrutura para oferecer-lhes educação, saúde e mais do que tudo: condições de sobrevivência. Não seria nestes poucos minutos que temos aqui para discutir assunto tão delicado.

Venho, Deputado Vanhoni, para dizer que confio na pessoa e na integridade moral e na capacidade intelectual e no bom senso do Senhor Secretário de Segurança, da mesma forma que reitero aqui a minha confiança de que o Senhor Governador do Estado saberá conduzir os destinos do Estado e, particularmente no que diz respeito ao assunto que debatemos neste instante, haverá de encontrar solução. Não queremos confronto entre proprietários, fazendeiros, ou, daqui a pouco, sitiados, com pessoas que se dizem trabalhadores sem terra quando, na verdade, não o são muitos deles.

Portanto, ilustre Deputado Vanhoni, reitero meu apoio pessoal, a minha esperança pessoal, na sabedoria, na competência, na experiência até, do ilustre Governador do Estado, para soluções mais pacíficas, para que o Estado encontre soluções, com paz na terra, dando segurança àqueles que promovem a campanha nesse movimento à busca da terra daqueles que não a têm, mas também segurança para aqueles que têm a terra; cuja terra custou-lhes sacrifícios, trabalho e suor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra, a Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI - Só quero ressaltar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a posição do Governo do Estado: ela é pública.

Temos em todos os jornais do Paraná, a posição do Governo quanto à questão da violência no campo. A preocupação do Governador quanto às prisões que o Deputado Vanhoni colocou, que tem somente - que tem 29 - sem terras presos e que não tem fazendeiros. Quero dizer ao Deputado Vanhoni que quem determina a manutenção da prisão ou não, é a Justiça. Se a Justiça determinar a soltura destes senhores, automaticamente serão soltos, porque temos que respeitar a Justiça. Porque, se queremos viver em uma País democrático e se nós, que nos dizemos defensores da democracia, um dos prin-

cípios é respeitar a Justiça. É isso que estamos fazendo.

E gostaria, sinceramente, que os Deputados lessem em todos os jornais do Paraná, a posição do Governo Jaime Lerner quanto a esta intranquilidade que vivemos no momento, na questão das invasões, na questão das ações dos fazendeiros, enfim, desta questão social gravíssima que vive o nosso País.

Gostaria, sinceramente, que os Senhores Parlamentares que ainda não têm conhecimento da posição do Governo, e que o Governo está tornando pública, através dos jornais, que lessem com muita atenção, que tenho certeza absoluta que esta é a real posição do Governador Jaime Lerner.

Era só isso, Senhor Presidente.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) -

Sabemos que é a Justiça quem manda prender, com quem manda soltar. Mas a pedido dos Delegados de Polícia, que estão obedecendo o fax que saiu da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Fax que li desta tribuna, no qual manda identificar e prender os líderes sem terra, e não diz absolutamente nada quanto aos líderes da UDR.

E mais: pelo próprio ato falho do Líder do Governo, demonstra o desejo de prender mais, porque no seu pronunciamento, na sua questão de ordem, ele diz que "tem somente 29". Este foi o ato falho, o que demonstra que ele também tomou conhecimento que o Governo pediu a prisão de mais e não somente desses.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.



Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

## ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Ney Amintas de Barros Braga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Atílio Codato, do Município de Cambé. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Risoleta Neves, com sede e foro no Município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/97, de autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Cultural e Recreativa de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Santo Antônio de Caiuá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/97, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Piquiri, com sede e foro no Município de Alto Piquiri. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, no Município de Cruzeiro do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Escola Estadual Doutor Lamartine Rollo Soares, com sede e foro no Município de Loanda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 244/96

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Estadual Doutor Lamartine Rollo Soares, com sede e foro no Município de Loanda.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, a Escola Estadual Doutor Lamartine Rollo Soares, desde a sua fundação, há mais de 10 anos, vem prestando relevantes serviços à comunidade de Loanda, principalmente aos educandos da Escola Estadual.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº 244/96**

**P A R E C E R:**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Escola Estadual Doutor Lamartine Rollo Soares, de Loanda.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, apresentamos Emenda Substitutiva Geral anexa, no intuito de obter perfeita adequação à redação processual legislativa.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, na forma da Emenda anexa.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**PROJETO DE LEI Nº 244/96**

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL**

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Doutor Lamartine Rollo Soares - APM, com sede e foro no Município de Loanda, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Indus-

trial e Agropecuária e de Profissionais de Paranavaí - ACIP, com sede e foro no Município de Paranavaí. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 92/96, de 17.06.96).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº 272/96**

**P A R E C E R:**

O projeto de lei em tela encontra-se em conformidade com o preceituado pela Lei nº 6.994/78, que dita normas para declaração de Utilidade Pública.

Sob o aspecto legal, constitucional e de técnica legislativa, esta relatoria não vê nenhum impedimento para sua normal tramitação, até deliberação final pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Sessões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Ebenezer - AEDAEC, com sede e foro no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 119, de 12.08.97).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº 369/97**

**P A R E C E R:**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Ebenezer - AEDAEC, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dá normas para declaração de utilidade pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Grêmio de Radioamadores da Rodada Trem das Onze, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 119, de 12.08.97).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 369/97

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, visa declarar de Utilidade Pública o Grêmio de Radioamadores da Rodada Trem das Onze.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dá normas para declaração de utilidade pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Novo - Sítio Cercado, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 135, de 28.08.97).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 412/97

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Novo - Sítio Cercado, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2128, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para registrar a presença neste Plenário, do Doutor Marcos Formighieri, Diretor e proprietário da "Gazeta do Paraná", o homem de comunicações do Oeste paranaense, um guerreiro valeroso, alguém que merece o reconhecimento desta Casa pela sua postura independente da verdadeira e livre imprensa, que devemos ter.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - Esta Presidência se associa com os votos de boas vindas.

Requerimento nº 2124, de autoria do Senhor Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2125 e 2126, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2129 e 2130, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declarar encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, às dez horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 234, 353, 383 e 389/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 244 e 272/96; 369, 370 e 412/97.

Levanta-se a sessão.